SUFRAMA

SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local
Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 15 de fevereiro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO
Comércio 1
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERCIO
Follow-Up 2
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERCIO
Congresso 3
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERCIO
SinoHub e Ciao 4

A CRITICA
sim & não 5
OPINIÃO

A CRITICA
Pendências: R$ 8,4 bilhões 6
ECONOMIA

A CRITICA
Saudades da Codeama (i) 7
ECONOMIA

A CRITICA
INDICADORES DE VENDA 8
ECONOMIA

A CRITICA
NO BRASIL 9
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO
À espera de R$ 4 bilhões em recursos no segmento 10
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO
Após demissões, indústria está 'na mira' da Seplan 11
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO
TABLETS 12
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO
Edital de licitação para novo porto sai até abril 13
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO
EXPORTAÇÃO 14
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS
CAPA 15

DIÁRIO DO AMAZONAS
Editorial 16
OPINIÃO

DIÁRIO DO AMAZONAS
Claro & Escuro 17
OPINIÃO

DIÁRIO DO AMAZONAS
Dez empresas do Pim concentram 60% da renúncia fiscal do Estado 18
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS
Isenção a smartphone ameaça futuro do Polo de Telefonia Celular 19
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS
Proview quer proibir que Ipads ' made in China' saiam do país 20
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS
Ruas esburacadas do Distrito Industrial trazem prejuízos aos motoristas 21
CIDADES

DIÁRIO DO AMAZONAS
Curso de robótica no Senai terá primeira turma em março 22

Comércio

Varejo fraco em 2011, diz IBGE

Incremento de 4,9% no volume de vendas foi abaixo da média nacional de 6,7%

Juliana Geraldo

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgados ontem apontam que 2011 foi um ano fraco para o comércio varejista no Amazonas. No ano passado, de acordo com o instituto, o comércio amazonense registrou um incremento de 4,9% no volume de vendas, abaixo da média nacional de 6,7% e do resultado de 2010, quando as vendas cresceram 9,93%.

Dessa forma, o Estado ficou apenas com a 22ª posição no Ranking Brasil, a frente apenas do Distrito Federal (4,3%) e dos Estados de Mato Grosso (3,7%), Alagoas (3,5%), Amapá (0,9%) e Sergipe (0,5%).

Na análise do disseminador de informações do IBGE-AM, Adjalma Jaques, devido às circunstâncias da economia mundial, somadas ao grau de endividamento provocado pela grande liberação de crédito no ano anterior, o consumidor teria 'pisado no freio' no ano passado, influenciando a pequena expansão.

"2011 foi um ano em que o comércio local precisava de fôlego para superar 2010, que foi o melhor dos últimos seis anos para o comércio. Conseguiu, mas na comparação com outros Estados, obteve um resultado tímido", ponderou.

O vice-presidente da Fecomercio-AM (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), Aderson Frota, explica que a decisão do governo federal de comprimir o crédito durante boa parte de 2011 para evitar um descontrole inflacionário, refletiu no desempenho final. "Dessa forma, apesar do índice positivo, não alcançamos o aquecimento esperado para o setor", constatou.

Enquanto isso, o índice da receita nominal, que mede o faturamento bruto do comércio, apresentou crescimento de 8,9% no ano e de 7,6% apenas no mês de dezembro, na comparação com o mesmo período de 2010, índice esse, que para o IBGE, reflete um bom desempenho. "Isso porque a receita cresceu sobre o alto índice alcançado em dezembro de 2010, que foi de 15,9%, o que indica um faturamento satisfatório para o período", detalhou Adjalma Jaques.

Já o volume de vendas em dezembro ficou abaixo da expectativa do IBGE-AM que declarou ao Jornal do Commercio, em novembro, esperar um crescimento de 6% nas vendas no último mês do ano. O incremento foi de apenas 3,7% nas vendas contra 12,11% do mesmo período de 2010 e em relação a novembro, houve queda de 1,3%.

Tendências

Aderson Frota projetou que, por ser um ano político, em 2012, a economia deve funcionar mais lentamente e apenas setores relacionados à execução das campanhas, como editorial e gráfico, que deverão ter melhores resultados.

"Mesmo assim, se não houver nenhuma outra crise, o desempenho será melhor do que no ano passado, e a economia volta a aquecer. Quanto ao início do ano, a tendência por enquanto é de aquecimento apenas no setor de serviços. A partir de março é que poderemos medir com mais precisão o desempenho do segmento comercial", finalizou.

Foto: Walter Mendes

Consumidor teria 'pisado no freio' no ano passado, o que acabou influenciando a pequena expansão no setor, segundo dados aferidos pelo IBGE

Dados

BRASIL

O crescimento nacional do comércio varejista foi de 6,7%, tanto no acumulado de 2011 quanto no desempenho de dezembro. Já a receita nominal apresentou variações positivas de 11,5% no ano e de 10,1% com relação a dezembro de 2010.

Os maiores acréscimos no volume de vendas no ano passado ocorreram em Tocantins (25,2%), Paraíba (14,2%), Rondônia (10,6%), Roraima (10,6%) e Minas Gerais (10,0%). Nenhum Estado registrou variação negativa.

Números

AMAZONAS

Período	Volume de Vendas	Receita Nominal
Dez/11 - Nov/11	-1,3%	-1,3%
Dez/11 - Dez/10	3,7%	8,9%
Acum/11	4,9%	8,9%

Follow-Up

CIEAM
CENTRO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO AMAZONAS

Alerta do Ipea

O Ipea divulgou recentemente o Comunicado nº 133 –Produtividade no Brasil nos anos 2000-2009: Análise das Contas Nacionais–, que chama a atenção para o fato de o crescimento do Brasil nesse período ser dependente de atividades de uso intensivo de recursos naturais –agropecuária e extrativismo. "Estes setores, de reduzido efeito multiplicador sobre o restante da economia e de baixo valor agregado, criam obstáculos a uma estratégia de crescimento sustentado no longo prazo, sobretudo se a distribuição da produção estiver se concentrando. Para um país que necessita ampliar sua capacidade de competição no mercado internacional, essas características devem ser vistas como, no mínimo, preocupantes em uma estratégia consistente de desenvolvimento industrial e econômico", diz o comunicado.

O quadro geral que o Ipea passa é que o Brasil está sendo mero fornecedor de commodities do mercado global. Em consequência disso, o país arca com os passivos ambientais de atividades de uso intensivo de recursos naturais e ainda gasta divisas para comprar os bens produzidos com matérias-primas exportadas. A análise vai até 2009, porém a tendência deve continuar atual. Não há nada de errado em o Brasil ser o celeiro do mundo, mas é preciso investir mais em outras áreas para aprimorar nossa indústria e garantir melhor utilização das nossas riquezas naturais – o que é muito importante.

Argumento em defesa da ZFM

Na opinião do cientista Frank Lovejoy, já acusado até de ser 'espião da CIA', há uma verdadeira paranoia sobre a existência de um complô internacional para 'roubar' a Amazônia: "Isso não tem fundamento. A pior forma de biopirataria é destruir a floresta". O foco da questão deveria ser outro. Na visão do cientista, que estuda a Região há mais de 40 anos, a Amazônia é a 'galinha dos ovos de ouro' da agricultura brasileira. O agronegócio precisa compreender com urgência que a existência dos mecanismos biológicos de interação da Amazônia com o clima mundial é vital para o dinamismo da agricultura do país –o mais rico e promissor setor da economia. Frank Lovejoy lembra que o ex-governador Eduardo Braga costumava dizer ao ex-governador Blairo Maggi: "Sua soja depende da chuva no meu Estado". Este é um sólido argumento, baseado nas últimas descobertas da ciência, que poderia ser perfeitamente usado para defender os incentivos fiscais que dão competitividade econômica à ZFM.

Distribuir tablets não é a solução

Quando se constata por meio de pesquisas que 57% dos alunos brasileiros não sabem matemática, e se é informado de que o Ministro da Educação decidiu distribuir tablets para estudantes da rede pública, parece haver uma distorção entre essa decisão e a realidade do nosso ensino –o nível de aprendizado dos alunos. Ao comparar o Brasil com países como China, Coréia do Sul, Índia, EUA, Rússia e até mesmo com países vizinhos, como Chile, Peru e Colômbia, conclui-se que necessitamos prioritariamente investir na formação de professores, em dar maior ênfase ao ensino da matemática e, principalmente, em criar meios de tornar a escola um local mais atraente aos estudantes. Investir em tecnologias de acesso, não significa resolver os problemas de conhecimento. Não adianta dar máquinas sofisticadas a nossas crianças, se elas ainda não aprenderam a contar e a raciocinar logicamente sobre problemas que no futuro terão de resolver. Antes de adotar novas tecnologias, os alunos têm de aprender matemática. A tecnologia deve sempre ser inserida, mas o raciocínio, a lógica e o saber pensar devem precedê-la. Jovens que sabem pensar e contar, certamente irão utilizar com maior proveito as novas tecnologias. É preciso não confundir conhecimento básico com tecnologia, uma vez que a tecnologia é um meio e não um fim.

Educação na Primeira Infância

A fase mais importante da educação –o alicerce do processo– é a excelência da educação infantil. Entretanto, segundo dados do IBGE (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios de 2009), quase metade das crianças brasileiras na faixa da Primeira Infância pertence a famílias que se situam abaixo da linha de pobreza. Vivendo em condições precárias, que prejudicam o desenvolvimento do sistema neurológico, essas crianças têm seus direitos violados e chegam à idade escolar com perda apreciável do seu potencial intelectual. Vale observar que também são comprometidas nessas crianças habilidades não cognitivas, como socialização, perseverança, disciplina e criatividade.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim.
cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

Congresso

Ministro pede apoio para crescimento

O Congresso é fundamental para o país manter o ritmo de crescimento sem desequilíbrios de ordem econômica, ressaltou ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega, depois da reunião do Conselho Político, no Palácio do Planalto, da qual participaram líderes do governo na Câmara e no Senado, além de lideranças dos partidos alinhados com o governo da presidente Dilma Rousseff.

Mantega voltou a defender que o Brasil tem "amplas condições" para crescer 4,5% este ano e manter o ritmo de geração de empregos em torno de 2 milhões de vagas ao ano, uma vez que os investimentos oficiais devem ultrapassar R$ 40 bilhões. A expectativa dele é de que o volume de investimentos deste ano seja 10% maior que o do ano passado. Para isso, ele enfatizou, na reuniçao do conselho, que a contribuição dos congressistas tem sido muito importante até aqui, impedindo o aumento de gastos de custeio que poderiam desequilibrar a política de consolidação fiscal em andamento.

"Sentimos que o pacto dos líderes é fundamental para manter o controle econômico, que vai proporcionar superávit fiscal (economia para pagar os juros da dívida) de R$ 140 bilhões neste ano". Uma folga que, segundo ele, vai reduzir ainda mais a relação entre a dívida pública e o PIB (Produto Interno Bruto), que fechou 2011 em 36%. Isso significa dizer que a dívida do país equivale a 36% de tudo que o que foi produzido no ano passado.

O ministro da Fazenda acenou ainda com mobilização do governo para oferecer condições financeiras e tributárias ao empresariado para não interromper o ciclo de ampliação do número de empregos formais no país. Como exemplo de medida de estímulo, Mantega citou o barateamento do crédito, tanto para a produção quanto para o capital de giro. Ele disse ainda que, apesar de a crise financeira internacional não estar resolvida, o Brasil tem, ao contrário de muitos países, um forte mercado de consumo e condições favoráveis para crescer a taxas anuais de 4,5%.

A ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, acrescentou que a determinação da presidenta Dilma Rousseff à equipe de governo é para melhorar a qualidade dos serviços prestados à população, em todos os setores. Isso exige, segundo a ministra, o aperfeiçoamento da gestão pública, com monitoramento em tempo real dos serviços e das obras em andamento.

SinoHub e Ciao

Empresas unem-se para produzir celular e tablet

Plano envolve a construção de uma fábrica de 9 mil m2 em Vila Velha (ES)

Foto: Reprodução

Intenção da empresa é manufaturar e comercializar 1,3 mi de aparelhos de alta qualidade no mercado brasileiro

A produtora chinesa de eletrônicos SinoHub fechou acordo para a formação de uma joint-venture com a norte-americana Ciao Telecom que almeja fabricar e vender no Brasil aproximadamente 1,3 milhão de telefones celulares e tablets ao fim de 2013, informou a empresa chinesa nesta terça-feira.

O plano envolve a construção de uma fábrica de 9 mil metros quadrados em Vila Velha (ES), que será voltada para a produção de dispositivos móveis como telefones celulares tradicionais, smartphones, tablets e componentes para estes dispositivos. Há expectativa de ter 380 funcionários até o fim do ano que vem.

As empresas esperam que a unidade seja concluída em outubro de 2012, "presumindo a aquisição em tempo do local e da obtenção do financiamento inicial para a fábrica e as operações," de acordo com comunicado. Há uma exigência de capital para os planos atuais de aproximadamente 15 milhões de dólares, e a CiaoHub vai buscar os recursos.

"Conversas com diversas fontes de financiamento estão em andamento, embora nenhum comprometimento de funding tenha sido garantido", disse a nota, sem dar detalhes.

O nome da empresa a ser constituída no Brasil é CiaoHub, e cada empresa terá 47% da nova companhia, com a participação de 6 por cento restante igualmente dividida entre seis diretores da CiaoHub. A Ciao Telecom já atua no Brasil.

A SinoHub será responsável pela produção dos produtos da CiaoHub e a Ciao Telecom será responsável pela distribuição.

A intenção das empresas é manufaturar e comercializar 1,3 milhão de aparelhos "de alta qualidade" no mercado brasileiro, cuja expectativa é encerrar 2012 com 276 milhões de acessos móveis, após fechar 2011 com fortes resultados, disse a nota.

O anúncio da joint-venture vem quando diversas companhias de tecnologia miram o Brasil como pólo produtor, após o governo ter garantido incentivos para a fabricação local de tablets, com a chamada "lei do bem", e de ter prometido desonerações para o segmento de equipamentos de rede e telecomunicações.

sim & não

PSDB corre para que TSE julgue Vanessa

Políticos do AM identificaram uma articulação para que o TSE julgue o mais rápido possível um recurso do MPE que pede a cassação da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB). Se isso acontecer, o ex-senador Arthur Neto poderá ficar com a vaga. Mas não é só essa a razão da correria. É que, se não for julgado até o fim de março, o processo sairá das mãos da ministra Carmen Lúcia e passará para o ministro Luiz Fux, que ficará com o caso, porque no dia 7 de abril ela assumirá a presidência do TSE.

Conexões A pressa em julgar Vanessa explica-se pelo receio tucano de que o ministro Luiz Fux crie dificuldades em levar o caso à Corte. Eles confiam mais em Carmen Lúcia, que tem afinidade com os tucanos, do que em Fux, que chegou ao STF pelas mãos de Dilma Rousseff (PT).

Emperrada A PEC da Prorrogação da ZFM por mais 50 anos e o projeto de lei que estende os benefícios fiscais para a região metropolitana foram esquecidos na Câmara dos Deputados. As matérias sequer foram admitidas pela CCJ da Casa.

Atraso E, se já não andava com o bonde andando, parado é que não vai mesmo. Por causa do Carnaval, as votações na Câmara estão travadas desde ontem e só retornam à Ordem do Dia depois da quarta-feira de cinzas, o que significa prever que o processo da PEC da prorrogação deve atrasar, no mínimo, mais um mês.

Seis meses Só para lembrar: a PEC da prorrogação foi enviada para o Congresso no dia 24 de outubro do ano passado como presente de aniversário da presidente Dilma à cidade de Manaus.

Poderoso Notícia distribuída ontem pela assessoria do senador Eduardo Braga (PMDB) começa assim: "Menos de 24 horas após a audiência pública convocada pelo senador para debater a situação dos haitianos no Amazonas, o governo federal

Pendências: R$ 8,4 bilhões

Levantamento feito pela secretaria executiva da Sefaz mostra que o órgão tem essa quantia a receber de contribuintes

RENATA MAGNENTI
renatamagnenti@acritica.com.br

As dívidas junto à Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), oriundas de processos tributários por serem julgados há mais de seis anos, somam hoje R$ 8,4 bilhões, volume pouco maior do que a receita tributária anual do Estado, que no ano passado foi de R$ 6,4 bilhões.

Esse número, como outros, integra um diagnóstico feito pela Secretaria Executiva da Sefaz, o qual foi explicado ontem pelo secretário Isper Abrahim e pelo secretário executivo do Fisco estadual, Juarez Tridapalli.

Para tentar regularizar a situação, a secretaria baixou uma portaria criando um mutirão que atacará as pendências.

Em seu levantamento, a secretaria executiva detectou também um grande volume de notas fiscais eletrônicas sem desembaraço, que, somadas, apresentam base de cálculo no valor de R$ 900 milhões.

Identificou, ainda, R$ 130 milhões de valores pendentes de cobrança que correspondem a 15% de inadimplência dos recebimentos correntes. Além disso, apontou que existem R$ 635 milhões em processos de correções de notificações.

ACÚMULO

Isper disse que há processos pendentes na Sefaz há seis anos e débitos de dívida ativa de pelo menos 15 anos, o equivalente hoje a R$ 1,6 bilhões. A situação chegou a este ponto, segundo ele, porque a Sefaz priorizou, nos últimos anos, outros projetos, embora, as cobranças estivessem acontecendo. "A regularização não foi feita antes porque não havia gente".

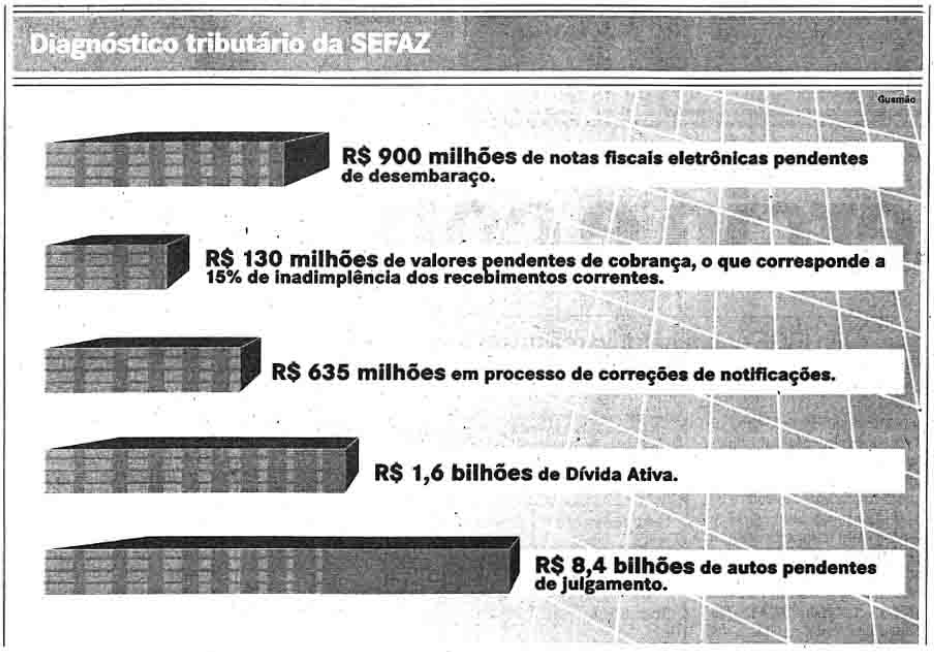
O secretário disse que as pendências vieram "à tona" a partir da implantação da nota fiscal eletrônica, quando passou-se a fazer cruzamento de dados de modo mais criterioso.

"Mas você também não pode se impressionar com os números que identificamos, pois representam a expectativa que a Sefaz tem do que os contribuintes estão devendo. De um lado, a Sefaz diz que o contribuinte deve X, porém ele tem o direito de se defender", explicou.

Ele exemplificou que determinadas mercadorias pagam um imposto de 7% quando deixam o Estado de São Paulo. Ao desembarcar no Amazonas a mesma alíquota é tributada em 17% sobre o valor da mercadoria, e contribuinte só pega a diferença de 10%. "Porém, algumas mercadorias são isentas deste tributo e, erroneamente, fazemos a cobrança o que gera pendências, pois o contribuinte não reconhece a dívida".

Isper disse também que a secretaria não deveria errar, mas se não errasse não precisaria de um Conselho de Recursos Fiscais composto por representantes de entidades civis. "Somos passíveis a erros e o mutirão servirá para regularizar a situação dos contribuintes, 99% pessoa jurídica, que terão que cumprir com a obrigação fiscal".

Juarez acrescenta que até o final deste semestre a Sefaz irá reformular o regulamento interno para que os processos sejam realizados de maneira mais ágil. De acordo com Isper, a modernização na estrutura da secretaria, e o sistema de notas fiscais eletrônicas faz com que se tenha um controle maior da situação da Sefaz.



Estudo

A Sefaz estuda um sistema de processamento de informações que fará o desembaraço automático das notas fiscais que não geram imposto, como é o caso do retorno simbólico, código que referenda as operações de envio de mercadorias para os armazéns. A discriminação permitirá que se separe as notas que geram receita.

Regularizar toda essa situação

Para dar celeridade ao julgamento de processos pendentes que atualmente equivalem a R$ 8,4 bilhões, R$ 2 bilhões a mais que receita tributária do ano passado, foi baixada uma portaria onde a Sefaz realocou 23 auditores fiscais.

A prioridade, segundo o secretário da Sefaz, é regularizar toda a situação, mesmo que haja desfalque de pessoal por alguns meses em outro setor. Se necessário for, o prazo do mutirão será estendido por mais 60 dias. "Terminado o mutirão estes servidores retornarão aos seus postos de origem. Neste momento, temos de dar agilidade na resolução destes problemas".

A meta da Sefaz é que, mesmo após a regularização, os processos de ajustes de desembaraço sejam feito de maneira rápida e eficaz. "Amanhã, às 6h, teremos disponível todas as notas fiscais que foram emitidas para o Amazonas, e já estamos fazendo o cruzamento de informações para que nada fique pendente quando a mercadoria chegar no Estado", disse o secretário da Receita.

A informatização de dados tem possibilitado a secretaria um maior controle das mercadorias que entram e saem do Estado e é neste suporte que têm apostado.

Saudades da Codeama (i)

Osiris Silva
e-mail: osirisasilva@gmail.com

A Federação das Indústrias do Amazonas (FIEAM) realizou na noite de terça-feira, 9/2, a 1ª Reunião Ordinária da Diretoria do órgão de 2012, conduzida pelo presidente Antônio Silva. Estiveram presentes, além dos demais membros da diretoria do órgão, como convidados especiais, o vice-governador José Melo, o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, o secretário do Planejamento, Airton Claudino, o secretário de Ciência e Tecnologia, Odenildo Sena, o presidente do CIEAM, Wilson Périco, o presidente da Associação Comercial do Amazonas (ACA), Gaetano Antonaccio, e diversos executivos representantes das mais importantes empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus).

Destaco, em particular, as participações ativas dos pioneiros da ZFM José Azevedo (TV LAR e YAMAHA) e Moysés Israel (que no dia seguinte completou 88 anos de vida), ao lado de jovens empresários como Dahilton Cabral, Nelson Azevedo, Mario Okubo, Ralph Assayag e Maurício Loureiro. Senti falta do decano Mário Guerreiro, lenda viva e um dos precursores do grupo que estruturou a base da economia tradicional amazonense, do qual se destaca: J. G. Araújo, Isaac Sabba, Robert Daou, José Nascimento, Edgard Monteiro de Paula, José Tadros, Nathan Albuquerque, Thales Loureiro, Vasco Vasques, Isaac Benzecry, Israel Benchimol, Waldomiro Lustosa, os irmãos Samuel e Saul Benchimol, Adalberto Vale, José Veiga, Abdul Razac Hauache, Antonio Simões e Petrônio Pinheiro.

Percebi claramente, na ocasião, mudanças importantes no que diz respeito ao foco de visão ante os problemas que o PIM vem se defrontando no tangente à concorrência avassaladora dos produtos procedentes da Ásia. Posicionamento claro, a palavra de ordem. Nesse sentido a reunião da FIEAM, por iniciativa de Antônio Silva, assumiu marco de virada. Ponto de inflexão quanto a atitudes prevalentes de certo modo passivas e antagônicas que no passado chegaram a constituir marcas das entidades representativas das classes empresariais e do próprio governo do Estado. Ao contrário, defendeu-se claramente e de forma abrangente, a necessidade de convergência de ideias e atitudes construtivas.

Um aspecto relevante salta às vistas. A deficiência de informações e de um planejamento estratégico que possa subsidiar e conduzir ações capazes de administrar o período de transição da "economia tradicional da Zona Franca de Manaus" aos padrões contemporâneos e à nova "onda" que caracteriza a economia mundial nas décadas fluentes. O governo do Amazonas, a Suframa e a Sudam precisam encarar o desafio do futuro. Paradigma histórico imposto pelo século XXI, que tem, no trinômio ciência, tecnologia e inovação, o fio condutor da economia hoje. Precisamos responder questões objetivas e indeclináveis, tais quais: estratégia de longo prazo, áreas prioritárias de desenvolvimento, novas apostas, matriz energética, tendências de novos produtos, logística e recursos humanos.

A CODEAMA (Comissão de Desenvolvimento Econômico do Amazonas) de fato deixou saudade. Criada ainda na década de 1960, prestou relevantes serviços ao Amazonas no campo do planejamento, da pesquisa, da estatística, da análise conjuntural. Alcançou seu apogeu nos anos 1970 e 1980. Fez história ao edificar as bases da ação governamental a partir do interior do Estado. O órgão, sem conseguir cumprir em plenitude sua missão, foi extinto em decorrência da reforma da estrutura organizacional do Poder Executivo empreendida por meio da Lei estadual N. 2330, de 29 de maio de 1995. Da estrutura operacional à época em funcionamento não sobrou sequer sua valiosíssima biblioteca.

INDICADORES DE VENDA

Comércio e controvérsias

Dados divulgados ontem pelo IBGE sobre setor varejista no Amazonas foram contestados por entidades dos lojistas

CIMONE BARROS
cimone@acritica.com.br

O comércio varejista do Amazonas apresentou queda de -1,6% no volume de vendas em dezembro de 2011, comparado a novembro, fechando o ano com expansão de 4,9%, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Representantes do setor, entretanto, discordam dos resultados da pesquisa, principalmente da queda nas vendas de dezembro ante o mês anterior.

"Esses números estão furados. Dezembro é o melhor mês do ano, é atípico e não tem como comparar com novembro ou janeiro; ele está muito acima da média", disparou o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus), Ralph Assayag.

O presidente da Associação Comercial do Amazonas (ACA), Gaitano Antonaccio, também desconfia dos números. "Em 2011 o crescimento foi maior, sem contar o fato de dezembro ter venda menor que novembro é uma incongruência".

O coordenador de pesquisa da Fecomercio - AM, José Fernando da Silva, foi mais ameno nas críticas em relação aos índices. "A economia está em processo de desaceleração e reflete na atividade econômica, principalmente em relação ao consumo. Porém, em dezembro não houve queda ante novembro".

O Amazonas também apresentou crescimento no volume de vendas de 3,7% sobre dezembro de 2010, 22ª posição no País, que teve média nacional de 6,7%. Os dados da CDL-Manaus divergem e mostram que em 2011 o comércio teve alta de 5,9% e aumento de 9% em dezembro do ano passado ante dezembro 2010, apesar das medidas do governo para conter o consumo e o aumento dos juros.

"Abrimos 250 lojas a mais no ano passado, crescemos no número de empregos e tivemos uma participação significativa na arrecadação do estado em dezembro e inclusive influenciando em janeiro", justificou Ralph.

Já a receita nominal do comércio do Amazonas registrou taxas de 7,6% com relação a dezembro de 2010 e de 8,9% no ano. O IBGE não divulgou dados por atividades.

Segundo o disseminador de informações do IBGE-AM, Adjalma Nogueira, os 3,7% foi um crescimento pequeno, mas alentador, já que o índice de comparação em dezembro de 2010 foi 12,11%. "Cresceu acima de um índice muito alto".

Ainda conforme o IBGE, o índice do comércio varejista ampliado, que é o comércio normal mais as atividades de veículos e material de construção, registrou elevação 3,8% no volume de vendas em dezembro de 2011 contra igual mês de 2010, "refletindo o desempenho do comércio normal", enquanto no ano foi de 2,6%.

Para Adjalma, 2011 foi um ano em que o comércio local precisava de fôlego para superar 2010 que foi o melhor dos últimos seis anos, e conseguiu. Mas na comparação com outras unidades do país, o comércio amazonense caiu de 18º em 2009 para 22º colocado em 2011, na análise pelo índice do volume de vendas (índice deflacionado).

"Devido às circunstâncias econômicas em 2011, o consumidor pisou no freio do consumo. Também o grau de endividamento das pessoas pesou na hora de fazer novas compras", avaliou Nogueira.

O IBGE avalia atividades comerciais como material móveis e eletrodomésticos, hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo.

Comércio varejista

Unid. Federação	Variação Mensal	Acumulada No ano	Acumulada 12 meses
Brasil	6,7%	6,7%	6,7%
Tocantins	28,4%	25,2%	25,2%
Roraima	16%	10,6%	10,6%
Acre	10,6%	9,5%	9,5%
Rondônia	9,1%	10,6%	10,6%
Pará	8,9%	8,1%	8,1%
Amapá	5%	0,9%	0,9%
Amazonas	3,7%	4,9%	4,9%

Saiba mais

>> Amostra
A pesquisa do IBGE é realizada com amostra de 80 estabelecimentos de várias atividades e localizações. O órgão pergunta, por exemplo, quanto foi o faturamento bruto do mês e pelo faturamento e com base no histórico dessa empresa faz evolução do indicador.

Cresceu mais do que o PIB

Para 2012, as perspectivas dos lojistas do Amazonas são de crescimento acima do Produto Interno Bruto (PIB) do País, estimado entre 4,5% pelo governo Federal e em 3,3% pelo mercado. "Acreditamos que vai ser um ano bom, pelas expectativas que estão vindo no crescimento do PIM (ampliação dos PPB, vitória contra São Paulo em relação ao ICMS dos tablets), mais emprego, renda e por ser ano de olimpíada", disse o coordenador de pesquisa da Fecomercio-AM, José Fernando da Silva.

O presidente da CDL-Manaus, Ralph Assayag, também está otimista apesar da crise externa que se avizinha ao Brasil. Segundo ele, o ano começou melhor que o ano passado, com muitas empresas já em ritmo de ampliação, inauguração, com a economia respondendo às medidas adotadas pelo governo. A campanha o Liquida Manaus, de 28 de março a 15 de abril, também pode ser comemorada.

NO BRASIL

Dezembro com expansão de 0,3%

Índice diz respeito ao comércio varejista no País, em dezembro, em relação ao mês de novembro

No País, o comércio varejista apresentou expansão de 0,3% no volume de vendas de dezembro de 2011 em relação ao mês anterior, mesmo percentual registrado na receita nominal. Conforme o IBGE, 17 estados tiveram variações positivas, oito com queda e dois sem variação no comparativo dezembro ante novembro.

As principais expansões ocorreram no Acre (8,7%); Tocantins (7,25); Amapá (1,9%) e em Goiás (1,7%). Já as principais quedas se estabeleceram no Piauí (-7,8%); Amazonas (-1,6%) e Sergipe (-1,4%). São Paulo e Santa Catarina não tiveram variações.

Sete das dez atividades pesquisadas pelo IBGE, com ajuste sazonal, registram aumento nas vendas, com destaque para equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (6,9%), móveis e eletrodomésticos (2,6%) e artigos médicos. Na ponta inversa, com recuo no volume de vendas estão livros, jornais, revistas e papelaria (-5,3%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-1,5%) e combustíveis e lubrificantes (-0,5%).

Em relação a dezembro de 2010, livros, jornais, revistas e papelaria foi o único setor com desempenho negativo (-2,3%). Entre as altas, as mais influentes partiram de móveis e eletrodomésticos (15,3%). Segundo o IBGE, o desempenho ocorreu em função da manutenção do crescimento do emprego e do rendimento, como também da redução dos preços.

Busca rápida

*

Papel ativo na economia do País

A Confederação Nacional dos dirigentes Lojistas (CNDL) acredita que este ano, em função da crise financeira na Europa, o varejo terá papel ativo na economia brasileira.

À espera de R$ 4 bilhões em recursos no segmento

ANWAR ASSI
Equipe EM TEMPO

Considerado estratégico para o Amazonas, o setor petrolífero "prepara terreno" para receber investimentos de R$ 4 bilhões, nos próximos quatro anos, em pesquisa, exploração e produção de petróleo e gás no Amazonas. Os investimentos confirmam o bom desempenho da atividade que, até novembro do ano passado, gerou receitas de royalties e participações especiais acima dos R$ 220 milhões, aproximadamente 29% a mais do que no mesmo período do ano anterior.

O gerente de Exploração da Petrobras, Júlio César Coelho, afirmou que a empresa tem feito altos investimentos na região, que resultaram na descoberta de novas acumulações como na área chamada Igarapé Chibata e de gás natural no município de Tefé. O poço de 3.485 metros foi perfurado na Bacia do Solimões, Bloco SOL-T-171, onde a estatal detém 100% de participação dos direitos de exploração e produção. "Esse sucesso resulta da retomada dos investimentos exploratórios, efetuados a partir de 2005, nas bacias terrestres da Amazônia, conforme prevê o Plano Estratégico da Companhia, que direciona esforços em novas fronteiras onde o conhecimento, as tecnologias e a experiência operacional da Petrobras representem diferencial competitivo", salientou o gerente.

Operadora de 21 blocos na Bacia do Solimões, onde detém 55% de participação dos ativos, a HRT tende a continuar os investimentos na descoberta de novos campos. Os blocos da companhia, com extensão de 48,5 mil quilômetros quadrados, contam com 30 mil quilômetros de linhas sísmicas e seis poços perfurados ou em perfuração até o início de 2012. Na Bacia do Solimões, foram mapeados e certificados 52 prospectos e 11 descobertas em recursos contingentes. O potencial petrolífero dessa área é estimado entre 4 e 6 bilhões de barris de óleo leve e de 10 a 20 TCF (trilhão de pés cúbicos) de gás, o que tornará essa bacia a maior produtora de gás natural do Brasil e uma das maiores de óleo leve. "Neste início de 2012, a companhia iniciou duas perfurações na Bacia do Solimões: uma na locação 1-HRT-170/06 e outra do poço 4-HRT-7D-AM, no Bloco SOL-T-194", afirmou a empresa, por meio da assessoria de imprensa.

ROYALTIES

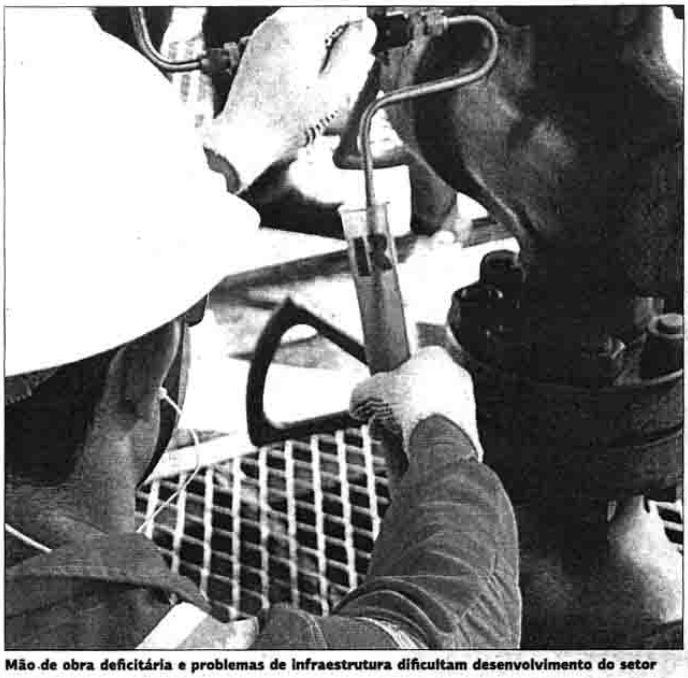
220

MILHÕES DE REAIS

Até novembro do ano passado, a receita cresceu 29%, frente ao mesmo período de 2010

Parceria

A HRT também apresentou na ANP o pedido de transferência dos 45% dos 21 blocos na Bacia do Solimões para a TNK-BP, TNK-Brasil Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural Ltda. "Com o compartilhamento de nossas experiências e capacidades técnicas estamos seguros do sucesso da campanha exploratória na região", comentou Márcio Mello, diretor-presidente da HRT.



Mão de obra deficitária e problemas de infraestrutura dificultam desenvolvimento do setor

Déficit de mão de obra no AM

Segundo o secretário de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos (Semgrh), Daniel Nava, mesmo com essas empreitadas, a atividade ainda está longe de ser uma importante alavanca para o desenvolvimento da região. "Apesar de gerar uma economia importante, 60 anos depois, a exploração de petróleo e gás não tem se configurado como um elemento de desenvolvimento da região. Não basta só gerar renda, mas é preciso fazer com que a população possa melhorar de vida", enfatizou.

Outros desafios também geram discussões no setor, atualmente, como a questão da infraestrutura, a falta de mão de obra qualificada e as dificuldades com a logística, problemas que impedem a expansão da atividade no Estado.

Para vencer esses obstáculos, os especialistas apontam algumas opções. No caso da expansão do gás natural, eles sugerem transformação da matriz energética do polo Industrial de Manaus, o desenvolvimento de uma indústria de cerâmica branca e a criação de uma infraestrutura logística para levar o gás produzido no Estado para outros mercados consumidores.

O Amazonas tem hoje a segunda maior reserva de gás comprovada do país, mas por falta de mercado 61% do gás produzido é reinjetado nos poços, conforme dados da Companhia de Gás do Amazonas (Cigás).

Diagnóstico será traçado no Estado

Para debater os desafios e conhecer melhor o impacto que a atividade teve sobre o Estado, foi realizado, ontem, o 1º Workshop da Indústria Petrolífera no Amazonas – Planejamento Estratégico, Logística e Economia. O encontro reuniu representantes das secretarias do governo do Estado, do Poder Legislativo, de estatais amazonenses como a Cigás e das empresas que atuam no setor no Amazonas, no caso, a Petrobras e HRT, para traçar um diagnóstico sobre a importância do setor na economia do Estado. "Queremos coordenar e compartilhar melhor as informações. Vamos estabelecer uma rotina de levantamento de informações socioeconômicas da atividade da indústria petrolífera do Amazonas", salientou o secretário Daniel Nava.

Fóruns

Durante o evento, ficou acordada a realização de fóruns em 12 municípios localizados nas áreas de influência das atividades petrolíferas. As informações e propostas apresentadas vão nortear a elaboração de uma política estadual para o setor.

Após demissões, indústria está 'na mira' da Seplan

Técnicos da secretaria analisam justificativas da japonesa quanto às demissões no final de janeiro

ARQUIVO EM TEMPO/MICHELL MELLO

Indústria japonesa de eletroeletrônicos, instalada no parque fabril de Manaus, demitiu 650 trabalhadores no final de janeiro, alegando ajustes na produção

RICHARD RODRIGUES
Equipe EM TEMPO

Até sexta-feira, a Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan) deverá emitir um parecer sobre as 650 demissões realizadas pela Semp Toshiba ao final do primeiro mês deste ano. A pasta, que notificou a multinacional no último dia 31 de janeiro, conclui a análise das justificativas quanto às dispensas efetuadas pela japonesa no Polo Industrial de Manaus (PIM).

A Seplan informou, por meio de assessoria de imprensa, que todos os documentos estão sob análise, por isso ainda não emitiu um parecer sobre que medidas devem ser tomadas em relação à Semp Toshiba. A secretaria destacou, ainda, que a multinacional alegou que somente os funcionários temporários, contratados para atuar nas linhas de produção da unidade fabril no período do final do ano passado, foram dispensados.

Por conta da justificativa, a Seplan frisou que está verificando se a "defesa" realmente tem procedência para enfim decidir se houve arbitrariedade das demissões, pois a empresa conta com incentivos fiscais não só para produzir, mas também gerar emprego em território amazonense.

Ação coletiva

Enquanto a Seplan conclui o levantamento do "caso Semp Toshiba", o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas afirma que mais trabalhadores estão sendo demitidos pela empresa em Manaus. "Os cortes não pararam só naquelas efetuadas em janeiro. Temos conhecimento de que mais pessoas ficaram desempregadas", garantiu o presidente Valdemir Santana.

Ele observou que o sindicato também realiza levantamento para saber o porque das demissões continuarem. "Até o final desta semana, teremos o número de quantos trabalhadores foram demitidos pela fabricante de eletroeletrônicos. Concluído esse processo, vamos analisar que ações serão tomadas", advertiu o dirigente, que não descarta ingressar com uma ação trabalhista na Justiça contra a empresa.

TABLETS

Governo comemora parecer

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) avaliou como um importante passo favorável ao governo do Amazonas o parecer emitido pela Procuradoria Geral da República (PGR), na última segunda-feira, que concluiu pela admissibilidade da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pelo Estado contra incentivos fiscais concedidos pelo governo de São Paulo a produtos de informática sem prévia aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

"Foi um passo importantíssimo para que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheça a inconstitucionalidade dos incentivos concedidos pelo governo paulista", afirmou o procurador-geral do Estado, Clóvis Smith Frota. A próxima etapa, informou, é a apreciação pelo STF.

A ADI 4.635, ajuizada pelo governo do Amazonas com pedido de medida cautelar, questiona a legalidade dos incentivos de São Paulo que reduziram a base de cálculo do ICMS quanto aos produtos de informática (inclusive tablets). Caso a medida cautelar seja deferida pelo STF, a vigência do incentivo paulista será suspensa e a competitividade das indústrias do PIM retomada.

Edital de licitação para novo porto sai até abril

Processo para escolher a gestora do porto do Polo Industrial será concluído ainda neste semestre

ANWAR ASSI
Equipe EM TEMPO

Até o final de abril, será lançado o edital do processo licitatório para escolher a empresa que administrará o Porto do Polo Industrial de Manaus (PPIM), a ser construído na área da extinta Companhia Siderúrgica do Estado (Siderama), ao lado da BR-319 (Manaus-Porto-Velho), Zona Sul.

De acordo com o presidente do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) de Manaus e coordenador do projeto do novo porto de Manaus da Secretaria Especial de Portos (SEP), Jorge Ruiz, a estimativa é a de que o nome da empresa contemplada seja conhecido até o final deste semestre. "Em abril, esperamos ter a minuta do edital e, em junho, o processo de escolha da empresa que ganhará a concessão deverá ser concluído", afirmou, salientando que todo o trâmite será supervisionado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

A construção do PPIM vem atender a uma demanda antiga das empresas locais que reclamavam da falta de um porto público na cidade próximo do parque fabril. A expectativa é de que o novo porto estimule a concorrência e possa desafogar o grande volume de mercadorias que transita nos dois portos privados de cargas em funcionamento na cidade: Chibatão e Super Terminais. "A oferta da infraestrutura portuária não acompanha o volume movimentado na Zona Franca. O local do novo porto é ideal, pois está dentro do PIM e não terá problemas de trânsito como se tem hoje", afirmou Jorge Ruiz.

EMPREGOS

Estimativa é de que 600 empregos sejam gerados durante a construção do novo porto, previsto para a área da extinta Siderama — local considerado estratégico para indústrias do PIM

Segundo ele, o PPIM está orçado em R$ 400 milhões e será construído em uma área de 376 mil metros quadrados com capacidade para armazenar 500 mil contêineres de 20 pés. As obras vão começar no segundo semestre deste ano, com término previsto para 2014.

A estimativa é de que 600 empregos deverão ser gerados durante a construção do porto, que vai empregar 250 funcionários quando entrar em funcionamento em 2014. A concessão será de 25 anos, renováveis por igual período de tempo. "Qualquer ação tomada para ajudar no escoamento da produção do polo industrial é bem vinda, uma vez que Manaus possui uma deficiência enorme em logística", afirmou o vice-presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas (Sinaees-AM), Celso Piacentini.

O secretário da Fazenda, Isper Abrahim, enfatizou que o PPIM é de extrema importância porque irá desafogar o movimento nos portos existentes na cidade, que não são suficientes para atender às demandas da economia local, em particular, da área industrial. "Faço votos de que esse porto se concretize o mais rápido possível, pois ele vai dar maior celeridade no processo de carga e descarga dos produtos que aqui chegam e que daqui saem para outras praças", analisou o titular da Sefaz-AM.

ARQUIVO EM TEMPO/RAPHAEL ALVES

Nova estrutura portuária vai melhorar logística para polo

EXPORTAÇÃO

Vendas caem 17% em janeiro

RICHARD RODRIGUES
Equipe EM TEMPO

O início de ano parece não ter favorecido as transações comerciais entre o Amazonas e o mercado internacional. Em janeiro, as exportações das empresas locais somaram US$ 61,5 milhões, montante 17,4% inferior ao registrado no mesmo período do ano passado, segundo dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Entre as empresas que menos venderam para clientes estrangeiros está a Recofarma, que no período exportou US$ 8,9 milhões em produtos, resultado 27% inferior ao registrado em janeiro de 2010. Já as exportações da Nokia atingiram o valor de US$ 3,1 milhões, entretanto o desempenho foi 73,2% menor do que o atingido no mesmo período do ano passado.

Além da Recofarma e Nokia, também registram baixa nas vendas a Petrobras (-77,9%), a Panasonic (-74,9%), a NCR (-8,9%), a Pepsi (-52,%) e a Technicolor (-38,3%).. No que diz respeito aos compradores, a relação comercial com a Argentina rendeu às empresas locais US$ 21,8 milhões, porém recuou no período 19,5%.

Manaus, quarta-feira, 15 de fevereiro de 2012.

CAPA

Renúncia de ICMS chega a R$ 3 bi e dez empresas levam 60% do total

Seleto grupo recebeu do Estado R$ 1,8 bilhão em Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2011. Incentivo é dado em troca da geração de empregos. **ECONOMIA PÁG 8**

POLÍTICA

TRE-AM absolve presidente da ALE e o pai dele em processo por compra de votos

Por cinco votos a um, o Tribunal Regional Eleitoral inocentou o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Ricardo

CIDADES

Hospital Francisca Mendes investe para realizar transplantes de coração neste ano

O Hospital Universitário Francisca Mendes planeja se tornar referência em transplante de coração a partir deste ano. Novos

Editorial

Avanço e estagnação

A notícia de que o Amazonas vai passar a contar com transplante de coração e com cirurgias cardíacas em recém-nascidos mostra um avanço na saúde pública local e é uma ponta de esperança do fim das mazelas de falta de estrutura, que sempre castigam a sociedade. Apesar disso, muita coisa ainda precisa ser feita e é preciso apoio social e econômico para tal. E nesse cenário, as empresas do Polo Industrial de Manaus, que recebem isenções faraônicas para aqui permanecer, podem (e devem) ter papel fundamental.

O Hospital Francisca Mendes, na zona norte da capital, informa, em reportagem de hoje do DIÁRIO DO AMAZONAS, que vai passar, ainda este ano, a realizar transplantes de coração na cidade. Crianças 'cardiopatas' (que nascem com problemas congênitos de coração) também passarão a ser diagnosticados na unidade e as intervenções também serão feitas aqui. Com isso, espera-se que a fila de amazonenses esperando por transplantes reduza e que a maioria das pessoas que sofrem com enfermidades complexas no coração não precise mais se deslocar para fazer cirurgia em outros Estados – o que é bem mais oneroso e traumático. Apesar de o Francisca Mendes já ter feito mais de duas mil cirurgias, casos mais complexos precisam ser tratados fora.

A medida é salutar, mas ainda falta mais. Muito por parte do poder público, mas parte também pela iniciativa privada

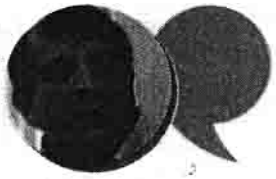
A medida é salutar, mas ainda falta mais. Muito por parte do poder público, mas parte também pela iniciativa privada. As empresas poderiam ajudar a ampliar esse quadro de auxílio à saúde da população, principalmente a mais carente.

As empresas do PIM, que acumulam muitos lucros, poderiam ajudar os hospitais públicos do Estado

Outra matéria publicada no DIÁRIO de hoje mostra que apenas dez empresas acumulam renúncia fiscal de quase R$ 2 bilhões. É quase dois terços do orçamento anual de Manaus. Essas empresas, que acumulam muitos lucros, poderiam ajudar os hospitais públicos do Estado, financiando equipamentos, capacitação e leitos, principalmente para as crianças, que mais sofrem quando precisam ficar internadas por uma doença que não entendem. É comum ver, em outros Estado, empresas privadas patrocinando alas inteiras de hospitais públicos. Ganham marketing e respeito. Mas aqui não há esse tipo de iniciativa.

Além disso, o Amazonas já está desenvolvendo pesquisas com célula-tronco para o tratamento de problemas do coração. Uma equipe de pesquisadores do Hemoam faz esse trabalho apenas baseado em bolsas de estudo das instituições públicas de apoio à pesquisa, como a Fapeam. É outro filão que as empresas privadas que recebem isenção fiscal poderiam dar apoio.

Claro & Escuro



Thomaz Nogueira. Superintendente da Suframa

O governo federal criou mecanismos para proteger a Zona Franca. Foram discretos, mas importantes"

Sobre o governo Dilma em 2011.

2

milhões de empregos devem ser criados este ano em todo o Brasil, segundo uma previsão do ministro da Fazenda, Guido Mantega, com base na perspectiva do crescimento industrial.

Dez empresas do Pim concentram 60% da renúncia fiscal do Estado

TEXTO Rosana Villar
FOTO Raimundo Valentim

MANAUS

Apenas dez empresas são responsáveis por mais da metade de toda a renúncia fiscal das indústrias incentivadas do Amazonas, o que representou uma restituição de R$ 1,836 bilhão em 2011, de acordo com informações da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz),

Segundo dados dos Indicadores de Desempenho do Polo Industrial de Manaus, elaborados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), os setores de Eletroeletrônicos, Químicos e Duas Rodas correspondem ao maior volume de incentivos concedidos pelo Estado.

Os incentivos fiscais industriais do Amazonas, previstos pela Lei 2826/03, são concedidos a partir da renúncia estadual do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O texto prevê a renúncia de 90,25% do imposto para indústrias de bens intermediários que servem de insumos, de produtos de limpeza e alimentícios, como massas e bolachas, e mídias virgens ou gravadas; 75% de isenção para indústrias de placas e circuitos, máquinas para produção, alimentos industrializados e produtos agroextrativistas; e 55% para fabricantes de bens de consumo, como eletroeletrônicos e motocicletas.

Segundo dados da Sefaz, em 2011 estes incentivos representaram 96% de toda a renúncia fiscal do Estado e apenas dez empresas foram responsáveis pela isenção de R$ 1,836 bilhão. O número representa 60,39% dos incentivos concedidos aos fabricantes que, no ano passado, deixaram de pagar R$ 3,040 bilhões, segundo levantamento da Suframa.

De acordo com os indicadores de desempenho da Superintendência, o setor de eletroeletrônicos foi o responsável pelo maior volume de isenções no ano passado, com R$ 1,288 bilhão restituídos. Em seguida vêm as indústrias de químicos, onde se enquadram os fabricantes de xaropes concentrados, que tiveram isenção de R$ 684 milhões, e de duas rodas, com R$ 479 milhões em benefícios fiscais.

"Existem os diferentes níveis de restituição, mas quando se considera o volume de faturamento dos polos que mais contribuem, veremos que são eles também os que possuem os maiores valores em incentivos. Alimentos, calçados e vestuário, por exemplo, têm isenção total. Mas em valores, essas renúncias representam muito pouco. É importante considerar também que alguns incentivos são transferidos para que o imposto seja recolhido pela montadora", afirma o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Nelson Azevedo.

Tal fato pode ser observado nos números das renúncias totais das indústrias de duas rodas e eletroeletrônicos. Embora as duas produzam bens de consumo, que possuem isenção de 55%, as fabricantes de motocicletas e bicicletas recebem isenção final de 67% do ICMS, enquanto a de eletroeletrônicos recebe 91% de isenção final. Já o setor Têxtil, apesar de receber 100% de incentivo fiscal, obteve renúncia de apenas R$ 2,2 milhões.

Fábricas de eletroeletrônicos, como as indústrias de TV **estão entre as empresas mais beneficiadas com a isenção do Imposto Sobre a Circulação** de Mercadorias e Serviços (ICMS)

MAIS DADOS

RENÚNCIA
ICMS DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS

As indústrias que compõem os setores de Eletroeletrônicos, Químico e de Duas Rodas estão entre as empresas com maior volume de renúncia fiscal assegurada pelo governo.

Nelson Azevedo.
Vice-presidente da Fieam
Os setores que mais contribuem são também os que possuem os maiores valores em incentivos"

Sobre os valores renunciados em 2011.

Isenção a smartphone ameaça futuro do Polo de Telefonia Celular

Ministério da Fazenda discute incluir o aparelho na Lei do Bem

FOTOS Marcelo Casual / Abr

MANAUS E BRASÍLIA

A iniciativa do Ministério da Fazenda em discutir a inclusão dos smartphones na Lei do Bem (Lei nº 11.196), que dá isenções fiscais a projetos de inovação tecnológica, pode pôr fim ao Polo de Telefonia Celular no Amazonas.

Para o governo federal, o objetivo da medida é dar o mesmo benefício que já é concedido aos computadores pessoais e que passou a ser dado no ano passado aos tablets e visa, acima de tudo, reduzir os custos do aparelho, permitindo o acesso de famílias de baixa renda ao telefone com acesso a internet e assim serem contempladas com o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) mas, para o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Nelson Azevêdo, a manobra é mais uma ameaça à competitividade da Zona Franca de Manaus.

"A gente torce para que isso não aconteça. Pois se tudo que tem um chip for considerado bem de informática, estamos ferrados. Esperamos que isso não aconteça, senão será mais uma cacetada na ZFM. A Lei de Informática absorve tudo e a gente vai perdendo nossa competitividade", disse ele ao acreditar que as autoridades do Estado devem estar tomando providências para coibir o avanço da medida.

Azevêdo ressaltou que as discussões em torno das ameaças de perda dos investimentos no Polo Industrial de Manaus (PIM) se dão somente no aspecto político.

"Nós, como empresários, tentamos dar as condições, informações e subsídios, para viabilizar a vinda das empresas, mas no País não se discute nada tecnicamente, sabemos que para se instalar uma empresa aqui ela tem que ser viável ou se justificar financeiramente ou economicamente e, hoje, tem que ter vontade de governo. Se quer que a região seja integrada, se quer desenvolver, tem que incentivar. Mas infelizmente tudo é decidido politicamente. Nesse ponto, ainda estamos um pouco fragilizados", destacou.

OS NÚMEROS

99%

Foi o crescimento no número de acessos à banda larga móvel, que inclui smartphones e modems, com 20,5 milhões de novos acessos, segundo a Associação Brasileira de Telecomunicações.

Animação

Segundo o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, o Ministério da Fazenda recebeu bem a proposta de isenção fiscal para os smartphones. "O problema da Fazenda é a questão fiscal. Estamos com um monte de pedidos lá e eles têm que acomodar no tamanho do ajuste fiscal. Mas acho que não vai ter problema", avaliou.

Dados da Suframa mostram que a Telefonia Celular faturou, de janeiro a novembro de 2011, no Polo Industrial de Manaus, US$ 1,9 bilhões, aproximadamente, R$ 3,4 bilhões.

Proview quer proibir que Ipads ' made in China' saiam do país

A empresa chinesa Proview Technology disse, nesta terça-feira, que vai pedir que as autoridades alfandegárias suspendam a importação e a exportação de iPads na China, em meio a uma disputa pelo direito de uso exclusivo do nome do tablet, envolvendo a gigante americana Apple, segundo reportagem do jornal O Globo. Todos os iPads são fabricados na China e a suspensão do envio dos aparelhos a outros países pode afetar as vendas globais do tablet.

Ruas esburacadas do Distrito Industrial trazem prejuízos aos motoristas

TEXTO Lilian Portela
FOTOS Sandro Pereira

MANAUS

A situação precária das ruas dos bairros Distrito Industrial 1, zona sul, e Distrito Industrial 2, zona leste, com vias esburacadas e sem a camada asfáltica continuam causando problemas e gerando reclamações por parte dos motoristas que são obrigados a trafegá-las diariamente.

De acordo com o leitor Geovane de Azevedo Sales, que buscou o DIÁRIO e o PORTAL D24AM para reclamar, o local mais crítico é na Avenida Buriti, na entrada do Residencial Eliza Miranda, no sentido centro-bairro. "Lá tem crateras e o asfalto é inapropriado para uma avenida de tráfego pesado e tão essencial para o Distrito Industrial e para os usuários que dependem dela, como eu, diariamente", escreveu em e-mail enviado para: contato@d24am.com.

Ontem a reportagem esteve no local e conversou com os usuários dessas vias. Para o motorista de ônibus William da Silva que faz o trajeto para o conjunto Nova República e utiliza a Avenida Buriti todos os dias, o poder público esqueceu as ruas do Distrito Industrial. "A Prefeitura diz que não é com ela e a Suframa também se esquiva. É um jogando a bola para o outro", disse.

As avenidas do Distrito Industrial viraram sinônimos de prejuízos com tantos buracos. É o que afirmou o taxista Carmilson Lima. "Não tem suspensão que aguente. O aro empena, o pneu estoura. A rua quando não tem buraco, é toda mal remendada". Já o taxista Antônio Gomes da Costa reclamou da qualidade do asfalto. "Esse asfalto é péssimo. Não suporta as carretas, os ônibus e os caminhões que trafegam diariamente por aqui. Pode ajeitar o asfalto que depois de alguns dias está cheio de buracos de novo", disse.

O mototaxista Jorinaldo Pereira reclamou que o perigo duplica quando chove. "Com a chuva, não dá pra gente ver onde ficam os buracos, que ficam cobertos pela água", disse.

OS NÚMEROS

R$ 21,3

milhões foi o valor do contrato entre a Suframa e o Cieam para obras de tapa-buracos no Distrito Industrial que nunca foram realizadas.

Suframa

Em 2007, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) fez um convênio com o Centro das Indústrias do Amazonas (Cieam), de R$ 21,3 milhões, para obras de tapa-buracos no Distrito Industrial de Manaus, que sofreu aditivos chegando a mais de R$ 70 milhões. As obras nunca foram realizadas e, em 2008, o Tribunal de Contas da União (TCU) mandou suspender o convênio por conta de irregularidades encontradas.

Em nota, de duas linhas, a Suframa informou que: "Está em andamento um plano de ação para solucionar, em curto prazo, as questões referentes à malha viária do Distrito Industrial. As medidas a serem tomadas deverão ser anunciadas em prazo hábil", resumiu a nota.

Manaus, quarta-feira, 15 de fevereiro de 2012.

Curso de robótica no Senai terá primeira turma em março

A Escola Senai Antônio Simões inicia, em março, o curso de aperfeiçoamento profissional em Robótica, com a proposta de proporcionar ao estudante habilidades e técnicas para desenvolver aplicações em robôs industriais.

O curso terá carga horária de 40 horas, período em que serão ministradas fundamentações teóricas e práticas sobre robótica, manipulação e programação de robôs.

O instrutor de automação do Senai Marcos Alexandre da Silva será o responsável pelo treinamento. Ele destaca que o mercado para este profissional é grande, no qual os polos de Duias Rodas, Eletroeletrônico e Injeção Plástica demandam trabalhadores qualificados.

Segundo o instrutor, um técnico de nível Médio que atua na programação e acompanhamento das atividades de robôs industriais recebe salários que variam entre R$ 2 mil e R$ 3 mil mensais.

"As empresas que utilizam robôs industriais em seu processo produtivo têm dificuldade de contratar operadores de máquinas com tecnologia robótica, por isso trazem de Estados vizinhos mão de obra especializada", explica.

O investimento na qualificação é R$ 730,00, com vagas limitadas para 12 alunos. Mais informações pelos telefones 3182-9975/9976/9977 ou pelo e-mail waldenir.carvalho@am.senai.br.